

**ATA**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 - Vereador António Monteiro de Castro – Leu, em voz alta, um documento sobre a obra de repavimentação do troço Fermentões/Taipas da EN 101, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Temos vindo a assistir nestes últimos dias à concretização de uma obra que foi objecto de aprovação pela Câmara que esta antecedeu. Refiro-me concretamente à repavimentação do troço Guimarães-Taipas da Estrada Nacional nº 101 cujo pavimento, depois de muito sofrer por forças das diferentes intervenções da Vimágua com a passagem das suas condutas, atingiu um nível de qualidade susceptível de pôr em causa a segurança do intenso tráfego que no quotidiano a ela aflui. Se por um lado tal intervenção põe fim a uma situação que aflige um dos troços provavelmente com maior fluxo rodoviário do nosso concelho, por outro, penso constituir

mais uma oportunidade perdida para dotar a nossa terra de uma infraestrutura fundamental, direi até mesmo vital, não só para o seu desenvolvimento económico como sobretudo para a sua coesão social e territorial. Numa imagem como a do esqueleto humano, poder-se-á dizer que a estrada Guimarães-Taipas, num projeto convenientemente pensado, seria como a coluna vertebral do sistema viário do nosso concelho, porque constituiria praticamente o principal suporte da rede viária concelhia, sobre o qual se estruturaria toda a rede viária da parte Norte do nosso Concelho. Numa outra imagem, não de natureza estrutural mas também ligada ao corpo humano, seria como a Artéria Aorta do nosso corpo concelhio, pois iria funcionar para a vida económica e social do concelho como funciona a principal artéria do corpo humano. Tal como a Artéria Aorta que se inicia no coração, também esta via teria início no coração do nosso concelho, que é a própria cidade. E seria dela que derivariam todas as artérias do organismo concelhio. E quais seriam essas outras artérias que delas derivariam? Exatamente todas as estradas municipais, as quais, também elas, por sua vez, constituem suporte dos Caminhos Municipais e Vicinais. E qual a razão da sua importância? Todos sabemos que quanto melhor funcionam as artérias, melhor circula o sangue e desse modo, melhor funcionam todos os organismos que constituem o nosso corpo. Sabemos também que quando há um entupimento de uma artéria, nomeadamente a Aorta, o risco de colapso do nosso corpo, da nossa vida, é muito grande. Também na vida da nossa Terra, o mau funcionamento de uma importante via como a que liga a Guimarães às Taipas, poderá ser fatal. - Fatal para o funcionamento da nossa economia que vive momentos de provação e dificuldade; - Fatal para o nosso quotidiano, todo ele



cheio de afazeres e compromissos; - Fatal, sobretudo, para a integridade do concelho e da sua coesão. Não podemos ignorar que esta via se manifesta fundamental no serviço a todo o território Norte do Concelho: Fermentões, Ponte, Corvite, Prazins Sta. Eufémia e Prazins Stº Tirso, Taipas, Sande S. Clemente, Sande Vila Nova, Sande S. Martinho e Sande S. Lourenço; Souto S. Salvador e Souto Santa Maria; Donim e Barco; Briteiros Santo Estevão, Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia e por fim Balazar. Todas estas importantes dezoito freguesias têm gente, à volta de 40 000 pessoas, vimaranenses que necessitam de estar em contacto com o restante tecido urbano. Seria um projeto verdadeiramente estruturante do nosso concelho, por se manifestar de importância fundamental no papel de ligação das áreas e espaços destinados a receber as instalações de novas empresas e investimentos que se pretende captar para Guimarães, com vista à criação de novos empregos. Se fosse dotada de um perfil transversal capaz de suportar 4 faixas de rodagem e separador central, permitiria também a concretização de uma melhoria substancial na **ligação ao Avepark**. Se fosse dotada também de uma **ciclovía**, reuniria condições de conforto e segurança para o uso da bicicleta como meio de deslocação, contribuindo assim para a melhoria ambiental do nosso concelho. Contemplando a criação de passeios nas duas margens, assim como **baías para a entrada e saída de passageiros** dos transportes públicos, contribuiria claramente para estimular o uso dos transportes colectivos em desfavor dos transportes individuais. Enfim, em vez de gastar um milhão de euros, provavelmente com mais dois ou três milhões poder-se-ia pensar num projeto claramente mais ambicioso e capaz e solucionar muitos dos constrangimentos que atordoam o nosso

desenvolvimento e, aproveitando os apoios previstos no novo QREN no tocante à coesão territorial, até mesmo os cofres municipais poderiam ser poupados a um esforço nesta altura pouco desejado. Excluía definitivamente a construção da já muito propalada “**via canal**”, solução a nosso ver, pouco adequada às circunstâncias, seja não só pelos custos que implica, seja também pelo limitado uso a que seria votada. Manifestamente esta verdadeira avenida do Centro da cidade à belíssima vila Termal das Taipas, a nossa joia concelhia, para além de todos os benefícios antes citados, alteraria profundamente a estética do nosso concelho. Rivalizaria esteticamente com o Centro Histórico e, estou certo, revolucionaria completamente a imagem do nosso concelho. Tal como o Toural, também esta obra agora em curso, será uma obra a marcar pela negativa as más decisões do futuro de Guimarães.” -----

2 - Vereadora Maria Helena Soeiro – Leu, em voz alta, um documento sobre autarquias familiarmente responsáveis, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “No passado dia 6 de Novembro, Vila Nova de Famalicão e a Póvoa de Lanhoso receberam o galardão de Autarquia Mais Familiarmente Responsável, sendo de realçar o facto de este último município ter renovado o título pelo quarto ano consecutivo. Em ambos os casos, a atribuição da bandeira verde justificou-se pela adoção de uma política integrada de apoio às reais necessidades das famílias no seu todo, nomeadamente, através de medidas e ações concretas, que não se restringem ao apoio temporário ou à construção de equipamentos mas, numa visão de médio prazo, investem na promoção do bem-estar e nos incentivos à fixação das populações no concelho, prevenindo em vez de apenas remediar. Todos reconhecemos o importante



destaque que Guimarães alcançou com a realização da Capital Europeia da Cultura e, mais recentemente, com a Cidade Europeia do Desporto. No entanto, e apesar do orgulho que sentimos pelos galardões conquistados nestas áreas, sabemos que é chegado o tempo de Guimarães se voltar para os seus habitantes, para que também possa ser reconhecida como um município onde as pessoas estão em primeiro lugar. De facto, numa época como a que atravessamos, em que tantas famílias se deparam com inúmeras dificuldades, mais do que nomear responsáveis pela atual crise urge adotar políticas integradas de apoio e incentivo à melhoria das condições de vida da nossa população. Não podemos continuar a aceitar a justificação de que as medidas de austeridade impostas pelo Governo impedem uma atuação focada nas necessidades das pessoas. Será que os executivos camarários de Vila Nova de Famalicão e da Póvoa de Lanhoso estão sujeitos a outro governo, do qual emanam diretrizes menos austeras? É tempo de o nosso município reconhecer a situação financeira que tantas vezes apregoa e que em nada piora ou se deixa influenciar pelas contas nacionais, essas bem piores do que as concelhias, e se assumir como promotor do sector social, colocando o enfoque mais nos seus habitantes e menos nos seus visitantes. E se é verdade que já existe um terceiro Plano de Desenvolvimento Social para 2011-2013, com o qual, nomeadamente, se “procura entrar num novo patamar da intervenção social concelhia, constituindo-se como um documento de orientação, referência e compromisso para a mudança, com vista à melhoria da qualidade de vida das populações do concelho”, não é menos verdade que, a um mês do término do referido programa, ainda não são visíveis os resultados desse compromisso. Aliás, no capítulo de monitorização e avaliação do programa, referente ao ano de 2011,

refere-se a existência de, e passo a citar “Ações sem nível de execução, apesar da sua execução não estar dependente de factores externos à rede social”. Apenas a título de exemplo, mencionamos algumas dessas ações: Criar uma rede de articulação entre as Instituições de Acolhimento do Concelho; Constituir um fórum participativo das crianças e jovens integrados nas instituições; Aumentar a oferta de lugares nas respostas sociais de apoio a pessoas com deficiência; Implementar um serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência; Implementar um apoio qualificado às instituições a nível de saúde mental; Implementar um sistema de gestão integrada de produtos de apoio; Desenvolver uma parceria entre os Centros de Investigação da Universidade do Minho e as instituições de apoio à deficiência, para o desenvolvimento e divulgação de soluções de inovação, que promovem a qualidade de vida das pessoas com deficiência; Implementar no Concelho um Plano Municipal de Acessibilidades; Apoiar a instalação de Associações de Apoio às pessoas com deficiência/Incapacidades. Em todas estas ações, surge a referência “não realizado”, excetuando-se a respeitante à implementação do Plano Municipal de Acessibilidades, relativamente à qual, e no que concerne ao item concretização, se refere que “Todas as intervenções realizadas no espaço público e infraestruturas edificadas da CEC’12 - obras do largo do Carmo, Toural, Plataforma das Artes, Instituto de Design entre outras...”. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, afigura-se-nos pertinente questionar: Relativamente a este ponto, as pessoas com deficiência do nosso concelho não precisam de acesso à mobilidade fora do espaço público e infraestruturas edificadas da CEC’12? Uma vez mais, estamos perante uma ação focada em quem nos visita e não em quem cá habita. No que concerne aos



pontos anteriores, como se explica que o eixo 3, através do qual se estabeleceu o compromisso de promover a inclusão das pessoas com deficiência, seja o que mais ações apresenta como não realizadas? No programa eleitoral do Partido Socialista, pode ler-se que “a Câmara Municipal teve uma especial atenção no apoio social” e são elencadas medidas que se constituem como “marcas relevantes da governação socialista em Guimarães”. No entanto, a não concretização das ações constantes no Plano de Desenvolvimento Social reflete, de forma inequívoca, o modo como “a Câmara Municipal teve uma especial atenção no apoio social”. São estas as “marcas relevantes da governação socialista em Guimarães”, que justificam a não atribuição da bandeira verde de Autarquia Mais Familiarmente Responsável ao nosso município que, contrariamente a Vila Nova de Famalicão e à Póvoa de Lanhoso, não colocou as pessoas no centro da sua atenção. No ano de 2013, foram distinguidas 37 autarquias pelo trabalho efetuado em políticas de família, no âmbito de 10 áreas de atuação: apoio à maternidade e paternidade; apoio às famílias com necessidades especiais; serviços básicos; educação e formação; habitação e urbanismo; transportes; saúde; cultura, desporto, lazer e tempo livre; cooperação, relações institucionais e participação social; e outras iniciativas. São ainda analisadas as boas práticas das autarquias para com os seus funcionários, em matéria de conciliação entre trabalho e Família. Em Guimarães, e apesar da existência de algumas medidas que têm vindo a ser implementadas, não se visiona uma política integrada de apoio à família, que reconheça a sua importância enquanto núcleo central da nossa sociedade e do seu desenvolvimento. Como poderá este município figurar entre os que se destacam pela adoção de medidas de apoio social, que vão de encontro às reais

necessidades da população, enquanto não se preocupar mais com a implementação de medidas preventivas e promotoras do bem-estar das famílias, que se configurem como incentivo à fixação das pessoas no nosso concelho? Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, julgamos que o início deste mandato deve ser o momento certo para inverter esta situação, assumindo-se o município como promotor do sector social no seu todo, coordenando verdadeira e efetivamente as respostas a prestar nesta área, adotando e incentivando a implementação de medidas que, de forma integrada, transformem Guimarães num concelho onde o bem-estar dos seus munícipes está em primeiro lugar. E quando isso acontecer, Sr. Presidente, poderemos mostrar, de forma inequívoca, que “a Câmara Municipal teve uma especial atenção no apoio social” e poderemos, então, sentir orgulho em informar este executivo que Guimarães, finalmente, tem razões substantivas para poder obter a Bandeira Verde de Autarquia Mais Familiarmente Responsável.” -----

3 - Vereador José Manuel Bastos - Leu, em voz alta, um documento sobre as Festas Nicolinas, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “A conservação, valorização e salvaguarda do património imaterial vêm adquirindo importância crescente, primeiro nas consciências, depois nas práticas coletivas e, mais recentemente, no ordenamento jurídico nacional e internacional. Em 2003, a UNESCO aprova a sua “Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial”, considerando designadamente: - a importância do património cultural imaterial, repositório vivo da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável; - a necessidade de reforçar a consciencialização, em particular das gerações jovens, para a importância do património cultural



imaterial e da sua salvaguarda; - que o património cultural imaterial tem um papel inestimável como factor de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos. Também Portugal veio a consagrar, em 2009, a importância do património cultural imaterial, através da publicação de um decreto-lei que transpõe para o nosso ordenamento jurídico a Convenção da UNESCO e cria um sistema de inventariação com vista à sua divulgação e conhecimento. Aquele Decreto-lei atribui papel de relevo às autarquias locais na identificação e salvaguarda das manifestações do património cultural imaterial. Vem esta introdução a propósito do início, amanhã mesmo, de mais uma edição das Festas Nicolinas que, deste modo, gostaria de assinalar e destacar. Fazendo jus à forma arrebatada como se relacionam com a sua história e tradições, os Vimaraneses nutrem um saudável apego a estas manifestações, que vivem com renovada paixão e entusiasmo. Pelo seu carácter multigeracional, pelos níveis de participação popular que suscita, pela sua antiguidade e originalidade, as Nicolinas desde cedo foram identificadas como uma das manifestações que poderiam ver reconhecido, nacional ou internacionalmente, um estatuto que lhe assegurasse ainda maior notoriedade e prestígio. Daí que, em 2011, no âmbito das Comemorações do 10º Aniversário da Classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade, a Câmara Municipal tenha decidido encomendar um estudo antropológico sobre as Festas Nicolinas que se pudesse constituir como suporte científico exaustivo sobre as suas origens, evolução e contemporaneidade. De acordo com o estudo contratualizado entre o Município de Guimarães e o CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, este estudo tem como objetivos gerais: - a realização de um estudo antropológico, apoiado numa

investigação documental e etnográfica aprofundada, abrangendo as dimensões históricas, sociais, culturais e identitárias das Festas Nicolinas; e - a avaliação dos aspetos científicos e socioculturais de uma eventual candidatura das Festas Nicolinas a "Património Imaterial da Humanidade", no âmbito dos procedimentos previstos pela convenção da UNESCO para a salvaguarda do património imaterial. De acordo com as cláusulas do contrato estabelecido, a equipa de investigação responsável pelo estudo das Nicolinas já realizou duas apresentações públicas, ambas muito participadas, em dezembro de 2011 e em março deste ano. As sessões públicas destinaram-se a apresentar os trabalhos já desenvolvidos e a desenvolver até ao seu termo, recolhendo contributos de todos quantos se interessam por esta manifestação cultural tão cara aos Vimaraneses. Para muito breve está a realização da apresentação final do estudo e do respetivo relatório, para o qual desde já convido todos os presentes, em nome do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. Complementarmente, informo ainda esta Câmara Municipal que a Oficina iniciou um processo de Inventariação do Património Cultural Imaterial de Guimarães estando já feita a inventariação do Bordado de Guimarães, dos Doces de Festa de Santa Luzia, da Doçaria Conventual de Guimarães, das Festas da Cidade e Gualterianas, do Linhal da Corredoura, da Olaria de Guimarães e da Romaria Grande de S. Torcato." -----

4 - Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – Relativamente à decisão do Tribunal Constitucional que reconheceu a legalidade da adaptação dos horários de trabalho ao novo regime de duração do trabalho imposto pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, disse que as Câmaras Municipais não estão inibidas de poder negociar com os sindicatos contratos de trabalho que permitam manter as 35



horas de trabalho semanal para os seus trabalhadores, perguntando qual a medida que a Câmara Municipal de Guimarães pensava tomar relativamente a esta questão. -----

5 - Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, informou: **a)** – Disse que a intervenção na EN 101 resultava de um protocolo estabelecido entre a Autarquia e a Estradas de Portugal (EP), competindo a esta a responsabilidade pelos custos da obra e à Câmara Municipal o acompanhamento técnico da mesma. Revelou já ter contactado a nova responsável da EP na zona norte, no sentido de a sensibilizar para a necessidade de dotar esta via com passeios, designadamente nas zonas de Fermentões e Ponte. Relativamente às sugestões apresentadas pelo Vereador António Monteiro de Castro, disse que os serviços técnicos têm muitas dúvidas sobre se são possíveis tais intervenções, considerando que a via não tem largura suficiente para as infraestruturas mencionadas. Referiu que está em estudo a construção de uma via de ligação da autoestrada A7 ao Avepark, aproveitando a ligação Silvaes-Fermentões-Ponte e assim facilitar o acesso a toda a zona norte do concelho, indicando que na próxima reunião de Câmara será apreciado o Plano Plurianual de Investimentos onde estará plasmada a intenção de executar esta obra nos próximos anos, cujo orçamento poderá rondar os 20 milhões de euros e para o qual disse esperar contar com financiamento do Governo. Referiu, ainda, que o troço da EN 101 poderá ser continuamente melhorado, com passeios e baías de estacionamento; **b)** – Sobre a intervenção da Vereadora Helena Soeiro disse discordar que Guimarães não estivesse ao nível das cidades que nomeou, referindo que as ações desenvolvidas pelo Município nas áreas da cultura e do desporto têm sempre como público prioritário os habitantes do concelho. Apontou, ainda, a

rede municipal de prestação de serviços sociais do concelho como uma das melhores do país, realçando o mérito do trabalho de apoio social que tem sido desenvolvido em Guimarães, nomeadamente através das múltiplas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Destacou, ainda, o empenho da Autarquia em desenvolver um plano de acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida; **c)** – Sobre as Festas Nicolinas disse tratar-se, claramente, de uma das manifestações culturais mais importantes de Guimarães e a consagração como Património Imaterial da Humanidade uma ambição que se propõe atingir, assim como a Capital Verde Europeia, a Capital Europeia do Voluntariado e a candidatura da zona de Couros a Património Cultural da Humanidade; **d)** – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que, para já, a Câmara Municipal está a aguardar a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga sobre a adaptação dos horários de trabalho ao novo regime de duração do trabalho imposto pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto. -----

6 - Vereador André Coelho Lima – Sobre as Festas Nicolinas disse subscrever, na íntegra, o que o Vereador José Manuel Bastos referiu, considerando, contudo, que se deveria tratar de um *dossier* multipartidário. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Relativamente à publicação de uma notícia sobre a ilegalidade do aterro em Mesão Frio, no local onde em abril deste ano uma derrocada ameaçou várias vivendas, disse que a Câmara Municipal está a acompanhar esta situação, estando o licenciamento dependente de um parecer favorável da Direção Geral de Recursos Hídricos, manifestando a esperança de que a obra de sustentação do terreno avance para que as famílias afetadas possam regressar



às suas casas o mais rapidamente possível e assim retomar a normalidade das suas vidas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 143 a 159, datados de 22 de novembro de 2013, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 21 de novembro, das seguintes propostas: **a)** - "Alteração de Trânsito na Rua de Antela - Freguesia de Briteiros S. Salvador"; **b)** - "Pedido de Reconhecimento de Interesse Público para a Unidade Hoteleira a Instalar na Freguesia da Costa"; **c)** - "Adesão ao Pacto Europeu de Autarcas"; **d)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer prévio - Compromisso Plurianual - Aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores de Edifícios Municipais"; **e)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Compromisso Plurianual - Aquisição de Seguro para 42 Edifícios Municipais e Conteúdos"; **f)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Compromisso Plurianual - Aquisição de Seguro para 26 Frações Autónomas e Conteúdos"; **g)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Pedido de Parecer Prévio - Compromisso Plurianual - Recolha e Incineração de Cadáveres de Canídeos e Felídeos"; **h)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Atividades Artísticas, Culturais, Socioculturais e de Formação, de Interesse Público, no Município de Guimarães - Proposta para Abertura - Concurso Público n.º 10/13"; **i)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Atividades Desportivas de Interesse Público no Município de Guimarães - Proposta para Abertura - Concurso Público n.º 9/13"; **j)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Ação Social no Município /de Guimarães -

Proposta para Abertura - Concurso Público n.º 8/13"; **k)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Fornecimento Contínuo de Gás Propano a Granel - Ano Civil 2014 - Proposta para Abertura - Concurso Público n.º 7/13"; **l)** - "Ação Social - Compromisso Plurianual - Atribuição de um Subsídio de Transporte a 4 Pessoas Carenciadas com Deficiência"; **m)** - "Recursos Humanos - Autorização para Abertura de Procedimento Concursal"; **n)** - "Educação - Regime de Fruta Escolar - Abertura de Procedimento Concursal - Ano letivo 2013/2014"; **o)** - "Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - (IRS) - Ano de 2014"; **p)** - "Derrama sobre a Coleta de 2013 (a cobrar em 2014)"; **q)** - "Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Ano de 2013". -----

2. Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do artigo 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o relatório dos 2.º e 3.º trimestres relativamente à sua execução orçamental, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral do Município de Guimarães, para posterior envio à Assembleia Municipal, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do despacho do então Presidente da Câmara, datado de 27 de setembro de 2013, que adjudicou a "Oministal – Eletricidade, SA" a empreitada designada por "Regulação de Fluxo Luminoso – Instalações Elétricas", pelo preço de 347.613,83 + IVA, pelo prazo de 60 dias. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA



DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE AVAC, MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE DETEÇÃO AUTOMÁTICA DE INCÊNDIO, INTRUSÃO E EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS DO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA, MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVAC DA D.O.P. NO EDIFÍCIO DA CÂMARA E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte

informação: “1. **Objeto:** Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de AVAC, manutenção dos serviços de deteção automática de incêndio, intrusão e extinção de incêndios do arquivo municipal Alfredo Pimenta, manutenção do sistema de AVAC da Divisão de Obras Particulares no edifício da câmara e manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do município. 2. **Considerandos:** A Câmara Municipal tem sob a sua responsabilidade a manutenção e conservação de um grande número de edifícios nos quais é necessário garantir o controlo ambiental da temperatura, nomeadamente no Arquivo Municipal, de forma a garantir a preservação e conservação física dos documentos, sendo fundamental o controlo das condições ambientais, parametrizando os valores de humidade e temperatura, sob pena de haver deterioração dos documentos. De igual modo, nas escolas e edifícios do município, é necessário garantir o bem-estar dos seus

utilizadores, para que possam realizar as atividades sem dificuldades. Assim, para garantir um controlo ambiental de temperatura adequado ao seu devido funcionamento, os edifícios são dotados de sistemas de climatização, sendo por isso necessário efetuar manutenções periódicas por pessoal habilitado no manuseamento dos equipamentos, para que estes sistemas funcionem normalmente. Verifica-se assim a necessidade de realizar as devidas manutenções periódicas dos sistemas identificados no número anterior da presente informação, de forma a garantir o bom estado dos sistemas e equipamentos, sob pena de os mesmos entrarem em “falência técnica”. Tais manutenções só podem ser asseguradas por pessoal técnico habilitado para o manuseamento dos equipamentos. Uma vez que esta Câmara Municipal não dispõe no seu quadro de pessoal dos técnicos acima identificados, foram celebrados contratos de aquisição de serviços, referente à manutenção dos sistemas de climatização, para o ano de 2013. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Propõe-se, assim, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10, do art.º 75.º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), que a Câmara Municipal autorize a celebração de contratos de aquisição de serviços, pelo prazo de 1 ano, com início a 1 de Janeiro de 2014 e término a 31 de dezembro de 2014, considerando os seguintes elementos: a) O objeto dos contratos é a Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de AVAC, manutenção dos serviços de deteção automática de incêndio, intrusão e extinção de incêndios do arquivo municipal Alfredo Pimenta, manutenção do sistema de AVAC da Divisão de Obras Particulares no edifício da câmara e manutenção dos sistemas de climatização dos edifícios escolares



da responsabilidade do município; b) A despesa total estima-se em 36.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dos quais: - 11.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, são relativos à manutenção do sistema de AVAC do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; - 3.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de Detecção Automática de Incêndio, Detecção de Intrusão e Extinção de Incêndios no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; - 3.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de AVAC da DOP no edifício sede do Município; - 18.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à manutenção do Sistema de climatização dos edifícios escolares da responsabilidade do Município. c) Esta despesa encontra-se inscrita no orçamento do ano de 2014, conforme declaração da Divisão de Contabilidade, datada de 25 de novembro de 2013; d) O procedimento de formação dos contratos deve ser mediante Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com consulta a 3 entidades.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO/ILUMINAÇÃO DE NATAL 2013 – RATIFICAÇÃO – Presente a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: “Submete-se para ratificação, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a autorização da Câmara Municipal para celebração de contrato de aquisição de serviços de ornamentação/iluminação de Natal 2013, considerando os seguintes elementos: “**1. Objeto:**

Aquisição de serviços de Ornamentação/Iluminação de Natal 2013.

2. Considerandos: que, na sequência de deliberação de Câmara de 22 de março de 2001, a Autarquia passou a assumir a responsabilidade pela contratação de iluminações de Natal, iniciativa com que procuramos corresponder às expectativas da população, dos visitantes e do tecido comercial numa quadra festiva marcada pelo aumento do fluxo de pessoas nas principais artérias da cidade e por uma revitalização da atividade comercial; que, de facto, a decoração das ruas do casco histórico e das artérias com maior oferta comercial com motivos luminosos inspirados na quadra natalícia é uma tradição muito apreciada e objeto de diversas solicitações remetidas à Câmara Municipal que, pese embora as limitações orçamentais conhecidas, considera dever fazer um esforço no sentido de corresponder a tais solicitações. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior a aquisição de serviços de iluminação festiva, com motivos natalícios, para artérias, praças e edifícios da cidade, nos termos do caderno de encargos que se anexa. Ao abrigo dos nºs 4 e 10 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços de iluminação festiva, com motivos natalícios, para artérias, praças e edifícios da cidade; b) A duração do contrato é de 12 de Dezembro de 2013 a 11 de Janeiro de 2014; c) Estima-se este contrato em €50.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, depois de aplicada a redução remuneratória, nos termos dos artigos 27º e 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro; d) Propõe-se a adoção de procedimento por ajuste direto, com consulta a mais do que uma entidade, ao abrigo da alínea a), do



nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - DESAFETAÇÃO DE PARTE DE TROÇO DA RUA MANUEL ALVES DE MATOS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO STA. MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR (EXTINTA FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR) - ANTIGA

EN 309 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A extinta junta de freguesia de Souto S. Salvador, entregou nos serviços camarários um projeto de alteração de traçado da rua Manuel Alves de Matos, o qual foi aprovado pela DPU. Sucede que tal arruamento está sob jurisdição do Município e foi-nos informado por aquela freguesia que já tinha negociado com um dos proprietários a integração da sua parcela no domínio público. As restantes parcelas já tinham sido negociadas no pressuposto de que a autarquia iria promover a desafetação de um trato de terreno dessa estrada, com a área de 385,50 m2, para permutar pela área total de 1.141,65 m2, de terreno da família dos falecidos Srs. José Antero Campos de Freitas e António Campos de Freitas. Desta forma, solicitou-se a avaliação dos terrenos em causa, já efetuada por perito da lista oficial, que considerou que a parcela do Município terá um valor de €8.673,75 (oito mil seiscentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos) e o terreno particular um valor de €13.233,32, (treze mil duzentos e trinta e três euros e trinta e dois cêntimos) o que permite verificar que existe razoabilidade favorável à autarquia na concretização da permuta da área a desafetar, pela área de terreno a ocupar com o reperfilamento do arruamento. Todavia, deverá ser previamente autorizada a desafetação do troço de estrada em causa. Assim, dever-se-á decidir

superiormente propor a desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 385,50 m², situada no Lugar de Alburrinha, União das Freguesias de Souto Sta. Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, a confrontar do Norte e Nascente com E N 309 (desclassificada) do Sul e Poente com terrenos de José Antero Campos de Freitas - cabeça de casal da herança de e de António Campos de Freitas - cabeça de casal da herança de, dado a mesma não ter utilidade para o reperfilamento da via, pelo que, nos termos da alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, caberá à Câmara Municipal submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafetação da parcela acima indicada, conforme competência própria daquela órgão, prevista na alínea q), do nº 1, do art.º 25º, da suprarreferida lei.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

EDUCAÇÃO – JARDIM DE INFÂNCIA DA VALINHA E QUINTA DO VALE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “A EB1 da Valinha solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 3 de Dezembro a uma atividade numa superfície comercial. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 15 de novembro de 2013 foi proposto o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de Câmara para deliberação.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



EDUCAÇÃO – EB1/JI MASCOTELOS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A EB1/JI Mascotelos solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos da EB1/JI Mascotelos, no dia 7 de novembro, ao Multiusos. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 33 da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro, por despacho de 7 de Novembro de 2013 foi deferido o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à ratificação o apoio concedido. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB1 ESTRADA - GONÇA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "A EB1 Estrada Gonça solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no passado dia 19 de Novembro, à Citânia de Briteiros. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 33 da Lei n.º 73/2013 de 12 de setembro, por despacho a 2 de Novembro de 2013 foi proposto o deferimento do respetivo pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de câmara a ratificação do apoio solicitado. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO "OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES" – COMEMORAÇÕES DO 1.º DE DEZEMBRO – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães pretende apoiar o Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques", na organização das comemorações do 1º de Dezembro de 1640, com um programa que inclui o habitual Cortejo pelas ruas da cidade na

noite de 30 de Novembro. “1640” - data que assinalou a Restauração da Independência de Portugal ao domínio Filipino e que é por nós Vimaraneses vista como o renascer da nação que em 1128 aflorou em Guimarães, não pode, no nosso entendimento, deixar de ser assinalada. Nesse sentido, é nosso entendimento a pertinência em associar-nos a estas celebrações, traduzindo-se no apoio à entidade “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, correspondendo através de: Serviço de som e luz (branca), junto à estátua de D. Afonso Henriques; Serviços dos técnicos da cultura, juventude e turismo, em horas normais e extraordinárias (com custos de horas extraordinárias); Cedência de um grupo coral; Conceção e impressão do material gráfico: cartaz e programa; Divulgação através do *site* e envio para a imprensa local, regional e nacional através da *mailing list* da CMG; Atribuição de um subsídio: em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto no nº 6 do art.º 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, registado no RMECARH sob o nº 501371761, de um subsídio de €600,00 (seiscentos euros), destinado a participar nos custos da atividade referida em assunto, a decorrer no Centro Histórico.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – REISADAS – O Vereador José Manuel Bastos solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação dos documentos, pelo que o Presidente da Câmara retirou a proposta. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas dez horas e cinquenta e cinco minutos, no período estabelecido para intervenção do público, o Presidente da Câmara



deu a palavra ao cidadão António Magalhães que solicitou um espaço reservado para possibilitar a distribuição de bens entregues junto das instalações da Cruz Vermelha. O Presidente da Câmara disse que vai verificar o que poderá ser feito relativamente à possibilidade de reservar um espaço junto das instalações da Cruz Vermelha. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----